

RICARDO SIERPE VIDAL SILVA

**CIDADANIA, TÉCNOLOGIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA  
CIDADE:**

**A experiência do uso da internet como ferramenta na Rede  
Observatório das Metrôpoles.**

Rio de Janeiro  
2008

RICARDO SIERPE VIDAL SILVA

**CIDADANIA, TECNOLOGIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA  
CIDADE:**

**A experiência do uso da internet como ferramenta na Rede  
Observatório das Metrôpoles.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Especialista em Política e Planejamento.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior

Rio de Janeiro

2008

L435c Silva, Ricardo Sierpe Vidal.  
Cidadania, tecnologia e gestão democrática da  
cidade : a experiência do uso da internet como  
ferramenta na rede Observatório das Metrôpoles /  
Ricardo Sierpe Vidal Silva. - 2008.  
27 f. ; 30 cm.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Junior.  
Trabalho de conclusão de curso (especialização)  
– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de  
Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.  
Bibliografia: f. 25-27.

1. Tecnologia da informação. 2. Internet. 3.  
Democracia. I. Santos Junior, Orlando Alves dos.  
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de  
Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III.  
Título.

CDD: 303.4833

## RESUMO

Este trabalho está focado em como a Tecnologia da Informação pode atuar na promoção da Cidadania, da Democracia e da Gestão Democrática da Cidade, e analisa o poder de controle da sociedade sobre as políticas urbanas bem como, os meios de aumentar as possibilidades das pessoas, dos grupos sociais e dos órgãos municipais de processarem dados e transferi-los em informação. Tem como foco o papel das Tecnologias da Informação, e, dentre elas destaca-se principalmente o papel da internet nesses processos de acesso à informação, evidenciando a participação da rede Observatório das Metrópoles neste processo mediante o seu Portal Web. Ao fim do trabalho busca-se apontar alguns desafios para que essas ferramentas possam ser efetivas, tanto no plano dos conflitos urbanos e a busca pelo acesso a cidade por algumas parcelas da população, como também o impedimento de significativas parcelas da população ter acesso a essas ferramentas.

Palavras-Chave: Tecnologia da Informação, Internet, Democracia, Gestão Democrática.

## ABSTRACT

This work is focused on how the Information Technology can act in the promotion of the citizenship, democracy and Democratic Management of the City, and to analyze the power of control of the society on urban policies and the means to increase the possibilities of people, social groups and municipal institutions of processing data and transfer then into information. This article is focused on the role of Information Technology, and, among them is highlighted mainly the role of the Internet in these processes of access to information, highlighting the participation of the Observatory of the Metropolis's Network in this process through its Web Portal. In the end of this job we seek to point out some challenges for these tools could be more effective not only in the plan of urban conflicts and the pursuit over access to the city for some parts of the population, but also the prevention of significant portions of the population to have access to these tools.

Key-words: Information Technology, Internet, Democracy Democratic Management.

**U. F. R. J.**  
**BIBLIOTECA**  
**I P P U R**

**Sumário**

|   |    |
|---|----|
| Apresentação  | 07 |
| A Reforma Urbana e o Direito à Cidade   | 08 |
| Possibilidades e desafios da utilização da informação e do uso da informática na promoção da gestão democrática da cidade | 12 |
| Sociedade da informação e gestão do conhecimento: impactos sobre a gestão das cidades.                                    | 16 |
| A experiência do Observatório das metrópoles na utilização das ferramentas de informática                                 | 19 |
| Aprendizados e desafios do uso das tecnologias de informação na perspectiva da reforma urbana e do direito à cidade       | 22 |
| REFERÊNCIAS   | 25 |

## **Apresentação**

Nesse artigo, tenho como objetivo discutir a disseminação da informação através da internet no âmbito do Planejamento Urbano. Nessa perspectiva, utilizaremos como referência analítica alguns conceitos chaves, entre os quais se destacam a Reforma Urbana, o Direito à Cidade, a Gestão Democrática da Cidade e a Governança Democrática sem deixar de mencionar e aplicar o conceito do E-Governance.

A metodologia a ser utilizada neste artigo será baseada na análise de uma experiência, no caso o da Rede Observatório das Metrópoles, tomando como referência a análise do conteúdo existente no seu portal web (<http://observatoriodasmetroles.net>), a partir do quadro de referência analítica com base nos conceitos chaves aqui identificados.

O pressuposto deste artigo é que o E-Governance, por meio da internet, compreenda as interações entre cidadãos, organizações governamentais, ONGs e os mandatários eleitos, transformando a internet em uma vitrine transparente, e, podendo assim melhorar o governo e o processo político.

Pretende-se ter como resultado um artigo evidenciando uma possível ferramenta alternativa de poder de controle da sociedade sobre as políticas públicas, no nosso caso as urbanas, e os meios de aumentar a capacidade e as possibilidades das pessoas, dos grupos sociais, dos órgãos municipais, de instituições de ensino e do público em geral de relacionarem-se com a informação.

## A Reforma Urbana e o Direito à Cidade

O debate acerca da cidade e de sua centralidade em qualquer projeto nacional digno deste nome vem progressivamente conquistando espaço graças à confluência de um certo número de eventos. De um lado, a redução da questão social à questão da pobreza. [...] De outro lado, na esteira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a intensificação e a generalização das invasões e o surgimento do Movimento dos Sem Teto repercutem de múltiplas formas e atualizam politicamente a questão urbana [...]. Some-se a isso a aprovação do Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades e será possível dar-se conta de que poucas vezes, no passado recente, promoveram-se condições tão favoráveis para uma discussão sistemática e aprofundada das causas de nossa miséria e desigualdade urbanas... (VAINER, 2003)

Para podermos pensar o Brasil urbano de hoje precisamos rever alguns pontos da sua história, tendo como início o século XVI. A partir de 1530 teve início no Brasil o processo de povoamento da colônia, este processo resultou no aumento dos fluxos migratórios provenientes da metrópole Portugal. Esses migrantes tiveram uma localização espacial concentrada em alguns pontos do litoral, e tendo esses pontos uma produção específica e voltada para o mercado externo.

"Ao longo de quatro séculos, [...], o Brasil se constituiu como um país rural, escravocrata e primário-exportador. Só no século XX é que emerge o Brasil urbano-industrial e de relações de trabalho tipicamente capitalistas. As antigas bases primário-exportadoras, embora montadas no amplo litoral do País, eram dispersas em diversas regiões, tendo associadas a elas as indústrias tradicionais." (ARAÚJO, 1999 p.145)

Esse processo herdado remeteu em uma estrutura espacial espalhada e desconexa nacionalmente, onde o escoamento da produção era voltado para o exterior, e principalmente a estrutura urbana nacional pode ser traduzida por aglomerados urbanos isolados e desconectados uns com os outros.

O espaço urbano nacional foi marcado por transformações estruturais ocorridas no pós-guerra, a partir da década de 50 o processo de urbanização no Brasil passa a se intensificar e apresenta uma característica distinta traduzindo-se por uma divisão em duas frentes.

A primeira é evidenciada pelo aumento do número absoluto da população em poucas áreas metropolitanas, e, a segunda frente, mostra por sua vez o aumento da população urbana de cidades de diferentes tamanhos que passam a se integrarem a



rede urbana, apontando para uma complexa divisão social, econômica e do trabalho do território nacional tanto da tradicional divisão campo - cidade como da divisão cidade – cidade.

No Brasil, a luta pela Reforma Urbana surge em oposição à segregação socioespacial que reparte os espaços muitas das vezes contíguos em dois espaços distintos, um reservado a classe de renda alta, e, outro em um espaço reservado a classe de renda baixa. O Movimento pela Reforma Urbana surgiu da articulação de setores da igreja católica, com principalmente setores acadêmicos e profissionais da área com organizações não-governamentais e movimentos sociais.

A partir dos movimentos sociais urbanos da década de 70 ao colocar em discussão as desigualdades sociais, a degradação ambiental e as condições de vida nas cidades, as lideranças políticas da década de 80 foram influenciadas a tomar decisões com o intuito de rever as políticas urbanas e minimizar os problemas socioeconômicos no âmbito das cidades. Esse novo direcionamento político teve seu ápice no momento da Constituinte de 1987, surgindo então o movimento pela Reforma Urbana.

Em meio a muitas derrotas a proposta da Reforma Urbana culminou na Assembléia Nacional Constituinte. Instalada em 1986, o princípio da "função social", especialmente no tocante à propriedade urbana, encontrou uma definição consistente.

Foi incluído no texto da Constituição de 1988 o princípio da Função Social da Propriedade e da Cidade, que é a síntese da articulação de um acúmulo teórico da questão urbana e do avanço político dos movimentos populares. A partir desse momento, surge o desafio do Movimento pela Reforma Urbana de defender a garantia do direito à cidade e à cidadania. Surge como o ideário da Reforma Urbana a ênfase na vida urbana com a urbanidade que tenha como prioridade as necessidades coletivas na elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, a gestão democrática das cidades será fruto de um maior controle social por parte do Estado, e de uma maior participação popular organizada na conquista por direitos, por cidadania e por políticas públicas de inclusão e de interesse social. Nessa direção, O Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU figura como o principal articulador dos

atores urbanos no Brasil na defesa por ideais de justiça social no espaço urbano, aprofundando a concepção do Direito à Cidade.

No momento da Constituinte, setores conservadores do Congresso conseguiram atrelar o princípio da função social da propriedade e da cidade à elaboração do Plano Diretor, contrariando as aspirações da sociedade civil na apresentação da Emenda Popular pela Reforma Urbana.

As instituições, associações, fóruns, entidades, ONGs dentre outros que vinham se articulando tanto na esfera política, quanto na militância conseguiram mais uma vitória no ano de 2001, talvez a mais significativa, essa conquista foi nada menos do que a aprovação de uma lei federal denominada de “Estatuto da Cidade”, uma lei capaz de regulamentar muitos dos mais diversos propósitos da Reforma Urbana. O estatuto surpreendeu muitos, especialmente os que encaram o processo de democratização como um processo que pressupõe certos tipos de condições e de alguns requisitos, os quais invariavelmente nunca estão devidamente preenchidos pela sociedade brasileira.

O planejamento urbano sempre enfrentou o desafio de superar as desigualdades sociais que por determinantes estruturais reproduz uma desigual possibilidade de planejar os recursos da cidade de maneira democrática pelas partes envolvidas. O Estatuto das Cidades seria então o principal instrumento de institucionalização dessa perspectiva de gestão democrática das cidades através do Plano Diretor que aproximaria a população do âmbito administrativo das cidades, fortalecendo, portanto a cidadania através de debates entre governo local e população ampliando os canais de expressão popular que eram pensados pelo Movimento pela Reforma Urbana como o principal meio de resolver as desigualdades sociais nas cidades.

As reivindicações do Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU foram fundamentais em algumas características do Estatuto da Cidade, que entre suas importantíssimas disposições incluiu algumas normas que buscam democratizar o processo de gestão das cidades brasileiras.

Dentre as características do Estatuto da Cidade para fins deste artigo separo as características fundamentais voltadas para a gestão democrática e que tem todo potencial para absorver as demandas da população carente nas cidades brasileiras.

- *Direito à Cidade e à Cidadania*, entendido como uma nova lógica que universalize o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, a condições de vida urbana digna e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado e, sobretudo, em uma dimensão política de participação ampla dos habitantes das cidades na condução de seus destinos.
- *Gestão Democrática da Cidade*, entendida como forma de planejar, produzir, operar, e governar as cidades submetidas ao controle e participação social, destacando-se como prioritária a participação popular.
- *Função Social da Cidade e da Propriedade*, entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, o que implica o uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano (BASSUL, 2002.).

Dentro destes princípios, surge a necessidade de serem pensadas novas formas e ferramentas de elevar o poder de controle da sociedade sobre as políticas urbanas bem como os meios de aumentar as possibilidades das pessoas, dos grupos sociais e dos órgãos municipais de processarem dados e transferi-los em informação. Aumentando com isso a capacitação dos atores locais, e das suas participações nas arenas locais de interface entre sociedade e poder público.

## **Possibilidades e desafios da utilização da informação e do uso da informática na promoção da gestão democrática da cidade**

As cidades figuram atualmente com um importante papel na sociedade. Às mudanças nos processos econômicos de produção, e de um intenso processo de globalização econômica, trazem consigo diminuição dos níveis de emprego formal, aumento da exclusão social e refletem nas condições de vida urbana como falta de habitação, sistemas de saúde e educação precários, ineficiência dos meios de transporte públicos, e ausência de opções de lazer, de amplo acesso para toda a população. Os efeitos dessas mudanças no âmbito das instituições econômicas e políticas incidem diretamente sobre as cidades como lócus das desigualdades sociais.

Para (SANTOS JUNIOR, 2005) essas transformações desafiam o poder local a uma reestruturação de suas práticas no sentido de apresentarem mudanças qualitativas que permitam a minimização dessas disparidades sociais e de seus efeitos na distribuição dos recursos urbanos. A nosso ver torna-se necessário, portanto, uma efetiva Gestão Democrática com participação popular, que permita à população como um todo o acesso ao planejamento das cidades com o intuito de resolver as demandas sociais pungentes.

De acordo com (GRAZIA, 2002) o Direito à Cidade pode a nosso ver ser entendido como uma nova lógica que universalize o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, as condições de vida urbana digna e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado e, sobretudo, em uma dimensão política de participação ampla dos habitantes das cidades na condução de seus destinos.

O processo de reivindicação e das ações do Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU culminaram na criação do "O Estatuto da Cidade" (Lei 10.705, de 10 de julho de 2001), fundado nos princípios da Gestão Democrática das Cidades.

O Estatuto da Cidade figura assim como um importante aliado para o Movimento Nacional pela Reforma Urbana contra prioridades de investimentos públicos antes direcionados a interesses de determinadas classes, e assim garantir um acesso de todos os segmentos da população aos benefícios da urbanização. Ao

prever uma gestão orçamentária participativa, o Estatuto cria mecanismos institucionais que facilitam uma gestão democrática das cidades.

De acordo com a contribuição de (GRAZIA, 2002; SANTOS JUNIOR, 2005; RIBEIRO, 2003) entendo a Gestão Democrática da Cidade como uma forma de planejar, produzir, operar, e governar as cidades, e, aonde o controle e participação social devem ter um papel fundamental nos processos da política urbana.

Segundo o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) a Gestão Democrática deverá ocorrer por meio da ação de conselhos de política urbana, da iniciativa popular de leis e da realização de debates, audiências e consultas públicas para a aprovação e a implementação dos planos diretores e das leis orçamentárias.

Contudo, uma cultura política clientelista, aliada a uma administração pública excessivamente burocrática e corporativista, surgem como desafios à implementação das práticas democráticas apresentadas pelo Estatuto. Tornando-se, portanto, essencial uma nova cultura política que prime pela participação popular e crie meios reais de efetivação dessa participação como direito social com base na função social da propriedade e das cidades ferramentas.

Histórica e etimologicamente, segundo (BENEVIDES, 1994) a cidadania deriva da palavra cidade, "sendo esta compreendida no sentido clássico de sociedade política (civitas, para os antigos romanos, ou polis, para os gregos antigos), na qual os cidadãos, ou seja, os membros livres daquela sociedade se articulavam e participavam da vida pública, visando ao interesse coletivo".

O papel exercido pelos membros da sociedade é visto de uma forma central a esta análise, já que, conforme ainda mostra (BENEVIDES, 1994) "as palavras cidadania e cidadão referem-se, necessariamente, a participação na vida da cidade, entendida como o espaço público para as decisões coletivas".

Segundo (OLIVEIRA, 1999) a cidadania é fruto da relação entre Estado e sociedade e, portanto, não pode ser simplesmente outorgada pelo Estado.

Sendo assim torna-se indispensável uma política pública que assegure o seu acesso a todos, em um enquadramento legal que motive e esclareça as regras de jogo e principalmente os direitos e deveres de cada um.

Atualmente as cidades brasileiras estão enfrentando profundas mudanças sociais, econômicas e políticas. Estas transformações recentes nos fazem refletir

sobre novos modelos de gestão urbana, assim como novos instrumentos, procedimentos e formas de ação, a fim de permitir que os administradores públicos alterem suas formas de lidar com essas mudanças de nossa sociedade cada vez mais urbana. A nosso ver uma saída viável para essa tarefa seria a de explorar uma profunda transformação em favor tanto da administração pública quanto da própria população.

Essas questões sem dúvida nenhuma envolvem a governança urbana e a democracia expressas na gestão urbana, tendo como consequência a necessidade de melhor explorar o uso dos recursos da tecnologia da informação e comunicação.

Redes eletrônicas transformam as dimensões do espaço encurtando o tempo. Atualmente a informação é transmitida em tempo real e os contatos podem ser estabelecidos imediatamente e independentemente da distância espacial. A comunicação em rede garante, em princípio, um acesso universal, não filtrado e possivelmente de baixo custo a informações sobre os processos políticos.

Nesse sentido após buscar subsídio em alguns autores como (ATAIDE, 1997; BORGES, 2000; CASTELLS, 1999; SANTOS e SILVEIRA, 2001; WILLECKE, 2003; ZIMATH, 2003) pude chegar a conclusão e dizer que o E-governance compreende as interações entre cidadãos, organizações governamentais, ONGs e os mandatários eleitos, transformando a internet em uma vitrine transparente podendo melhorar o governo e o processo político, podendo promover o exercício da cidadania nas cidades brasileiras.

Nesse contexto diversas organizações e redes de instituições vêm desenvolvendo experiências na perspectiva de maximizar a utilização das ferramentas de comunicação eletrônicas em pesquisas e na gestão de políticas públicas. Entre elas, destaca-se a Rede Observatório das Metrôpoles, integrada por um grupo de pesquisa e formação funcionando na forma de um instituto virtual, reunindo mais de 200 pesquisadores e mais de 50 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental, sob a coordenação conjunta do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

As Instituições reunidas hoje no Observatório das Metrôpoles vêm trabalhando de maneira sistemática sobre 13 metrôpoles e uma aglomeração urbana:

Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém, Santos, Brasília e a aglomeração urbana de Maringá. Trata-se de um projeto inovador em razão da articulação entre sociedade civil, academia e poder público, por utilizar uma metodologia unificada de pesquisa, monitoramento e intervenção e, ainda, por explorarmos uma mesma base de dados.

A Rede Observatório das Metrôpoles busca transformar o sistema web já existente em um Portal como solução para: 1 - Integração da rede; 2 - Disponibilização ampla dos resultados e informações geradas aos gestores em atores da política pública nas áreas metropolitanas; 3 - Difusão para o grande público de dos problemas metropolitanos; 4 - Formação à distância de gestores e conselheiros municipais.

A produção sistemática de informes para as instituições formadoras de opinião pública, e meios de comunicação de massa (jornais, revistas, rádio e televisão) com a finalidade de divulgar os resultados do trabalho de pesquisa ajudando a formar o debate público sobre a questão metropolitana, faz parte da política de disseminação de informação norteadora do portal da rede Observatório das Metrôpoles.

Portanto a rede Observatório das Metrôpoles apropria-se do papel das Tecnologias da Informação, e destaca principalmente o papel da internet nesse processo de acesso à informação. A participação da rede Observatório das Metrôpoles neste processo se dá mediante o Portal Web, o qual incentiva e investe no poder de controle da sociedade sobre as políticas urbanas bem como, os meios de aumentar as possibilidades das pessoas, dos grupos sociais e dos órgãos municipais de processarem dados e transferi-los em informação, utilizando a internet em um meio de aumentar a capacitação dos atores locais, e das suas participações nas arenas locais de interface entre sociedade e poder público.

## **Sociedade da informação e gestão do conhecimento: impactos sobre a gestão das cidades.**

A Sociedade da Informação traz novas responsabilidades para todos os atores sociais nela inseridos. Essas responsabilidades denotam o dever desses atores para a provisão de um fluxo constante de informações que possibilitem a geração de novos conhecimentos e tomada de decisão nas várias instâncias da sociedade, inclusive no Estado.

A Sociedade da Informação é algo ambivalente, entretanto, a sociedade da informação desponta como oportunidade no que se refere ao uso dos novos métodos e técnicas para o processamento da informação, sem os quais esse recurso não teria adquirido o caráter de fenômeno na modernidade. É por meio desses recursos tecnológicos que o poder público pode interagir mais com a sociedade, conhecendo novas demandas e proposições políticas de grupos sociais antes limitados em seus canais de comunicação com o Estado.

O meio técnico-científico surge quando o homem começa a se sobrepor sobre o "império da natureza" através da construção de sistemas técnicos. As máquinas (ferrovias, portos, telégrafos) são incorporadas ao território, mas de forma seletiva, sendo este meio caracterizado pelas desigualdades regionais. Dessa forma o progresso técnico era geograficamente circunscrito, se instalando em poucos países e regiões.

Após a segunda guerra mundial até a década de 70 temos um período de transição que podemos considerar com o meio técnico-científico. É o período da tecnociência, ou seja, é quando a ciência passa a estar intrinsecamente ligada à técnica e regida pelas leis do mercado.

A partir da década de 70 temos o surgimento do meio geográfico atual, o Meio Técnico Científico Informacional (SANTOS, 1996; 2001), em que a informação passa a ser variável fundamental neste período de constituição de um mercado global e de uma unicidade técnica planetária (SANTOS, 1994). Os fluxos imateriais dão uma nova lógica de funcionamento ao território e intensificam o processo de alienação do espaço, pois, mais do que nunca, as novas acelerações são seletivas. "Definem-se agora densidades diferentes, novos usos e uma nova escassez" (SANTOS, 2001).



Esse novo funcionamento tem como base técnica a fusão das tecnologias da informação com as telecomunicações gerando as Novas Tecnologias da Informação.

A Tecnologia da Comunicação e Informação compreende todas as tecnologias usadas tanto para a comunicação entre sistemas digitais, como o desenvolvimento de sistemas de informação. Uma das principais formas de um governo estar inserido neste processo é praticar o E-government e, assim, alcançar os vários objetivos propostos por esse conceito criando uma presença na Internet.

A partir deste paradigma atual do acesso a informação causado pela multiplicação de métodos e técnicas voltados para a disseminação de informações surge a necessidade de oferecer aos atores uma maior capacidade de atuação no campo das políticas públicas, para que os atores socialmente excluídos ou mesmo enfraquecidos em seus movimentos sociais, obtenham uma melhor forma de atuação, gestão e planejamento perante as políticas públicas. É para fortalecer os atores locais, suas reivindicações e suas formas de interlocução com o poder público em todas as suas esferas, que a proposta de criação de ferramentas eletrônicas de e-governance atua procurando democratizar o acesso a informação e tentando minimizar os efeitos negativos atualmente encontrados neste processo globalizante da sociedade da informação.

A questão do poder local está rapidamente emergindo para tornar-se uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade. Referido como *local authority* em inglês, *communautés locales* em francês, ou ainda como espaço local, o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas tecnologias urbanas.

No caso dos países subdesenvolvidos, a questão se reveste de particular importância na medida em que o reforço do poder local permite, ainda que não assegure, criar equilíbrios mais democráticos frente ao poder absurdamente centralizado nas mãos das elites. (DOWBOR, 1999)

Neste contexto utilizar as novas Tecnologias de Informação em benefício da Gestão Democrática da Cidade irá de certa forma fazer com que as reivindicações dos movimentos sociais urbanos, de uma maneira geral, passem a ser "conectadas" aos enormes fluxos de informação que somos submetidos. Aumentam-se com isso

as suas possibilidades de barganha, mobilização, capacitação, gestão e de controle social reafirmando o papel que o local vem exercendo na organização social dos espaços urbanos.

## **A experiência do Observatório das metrópoles na utilização das ferramentas de informática**

O Observatório das Metrópoles é um grupo de pesquisa que funciona em rede, reunindo pesquisadores de instituições dos campos universitário, governamental e não-governamental. As equipes reunidas vêm trabalhando sobre 11 metrópoles e uma aglomeração urbana - Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém e a aglomeração urbana de Maringá, identificando as tendências convergentes e divergentes entre as metrópoles, geradas pelos efeitos das transformações econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas por que passa o país nos últimos 20 anos.

Uma das linhas de atuação do Observatório das Metrópoles é o "Monitoramento da realidade metropolitana e desenvolvimento institucional", onde acompanha o processo de descentralização da política urbana no Brasil. Têm-se multiplicado os canais de participação da sociedade na gestão de políticas públicas no âmbito do poder local, cujas maiores expressões são os conselhos municipais setoriais e os processos de orçamento participativo. No entanto, apesar de todos os avanços, há diversos bloqueios e dificuldades para o efetivo funcionamento de tais conselhos e, mais geralmente, da esfera pública democrática, destacando-se os problemas de capacitação e da ausência de instrumentos de gestão e monitoramento das políticas públicas.

A rede Observatório das Metrópoles está buscando contribuir para o enfrentamento desses bloqueios, realizando atividades, estudos, recomendações, monitoramento de políticas públicas, e fortalecendo as redes e fóruns nacionais de articulação dos atores sociais.

A rede Observatório das Metrópoles busca através da internet difundir-se e consolidar-se como uma rede de articulação entre instituições de pesquisa, organizações não-governamentais, cidadãos em geral, órgãos públicos etc. realizando a sistemática transferência de resultados de pesquisa. Dar continuidade ao Programa Interdisciplinar de Políticas Públicas e Gestão Local: Curso de Capacitação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais, transformando essa

experiência que hoje se dá na forma presencial para a forma on-line (em sua plataforma de ensino a distância) é vista como ponto fundamental neste processo.

Para otimizar a transferência de resultados a rede implantou um sistema de gerenciamento de conteúdo que transformou a página pré-existente em um portal web. Este portal está sendo usado como solução para a integração da rede, disponibilização ampla dos resultados e das informações geradas aos gestores e atores da política pública nas áreas metropolitanas, difusão para o grande público dos problemas metropolitanos e principalmente a capacitação à distância dos mais variados atores.

Para aumentar a capacidade da rede em oferecer ao internauta informações foi implantado um Servidor de Mapas. Trata-se de um serviço oferecido ao usuário pelo qual ele pode consultar, visualizar e imprimir mapas diversos, com base nas informações geradas e utilizadas pelo Observatório das Metrôpoles e de instituições governamentais e não governamentais produtoras de dados sócio-político-econômicos.

Esse servidor de mapas on-line tem como base as informações já acumuladas no serviço Metrodata e já disponíveis na página do Observatório das Metrôpoles, acrescidas daquelas incorporadas em razão dos projetos que são e serão desenvolvidos. A finalidade mais importante do Servidor de Mapas é oferecer ao usuário representações cartográficas construídas com bases em informações obtidas dos censos e outras fontes que tenham o potencial de estimar e localizar da forma a mais desagregada possível às carências sociais.

Além de orientar os gestores das políticas públicas em áreas metropolitanas, o servidor de mapas pretende também quantificar e focalizar os beneficiários das políticas sociais, analisar de maneira sistemática e diferenciada a importância de variáveis sócio-demográficas na compreensão das diversas causalidades dos problemas sociais, permitir comparações no tempo e no espaço dos problemas sociais e dos resultados nas políticas públicas, organizar uma base de informações georeferenciadas.

A avaliação dos resultados do uso destes mapas pelos organismos públicos em vários países da América Latina tem evidenciado o seu potencial como instrumento de orientação das políticas sociais. Observaram-se com isso os

seguintes resultados positivos: elevação da sensibilidade pública sobre o tema da pobreza; estímulo ao debate nacional sobre a adequação dos indicadores de pobreza; estímulo a uniformização das definições e usos de indicadores entre os organismos responsáveis pela ação social; redução da duplicidade de esforços e criação de condições para integrar a informação e coordenar melhor ação dirigida aos pobres.

A produção sistemática de informes para as instituições formadoras da opinião pública e meios de comunicação de massa (jornais, revistas, rádio e televisão), está a seu modo atuando com a finalidade de divulgar os resultados das pesquisas e ajudando a formar o debate público sobre a questão metropolitana. Tais características apontam e reafirmam a necessidade da construção e disseminação de ferramentas necessárias para que exista um efetivo e eficaz controle social sobre o planejamento e a gestão urbana.

## **Aprendizados e desafios do uso das tecnologias de informação na perspectiva da reforma urbana e do direito à cidade**

Nas atuais transformações do mundo globalizado o papel estratégico da informação e do conhecimento nas mais diferentes dimensões da vida em sociedade ganha uma papel de extrema relevância. A importância da informação e do conhecimento associa-se ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, e transformam as formas de produzir e de distribuir os bens materiais e imateriais, assim como principalmente as percepções de espaço e de tempo de nossa sociedade.

Neste contexto o E-government não pode ser considerado como o simples uso da tecnologia da informação pelos governos, ou de apenas a disseminação de aplicativos que envolvam diretamente os cidadãos em suas relações com os governos. Deve ser considerada também a utilização da tecnologia da informação pelas organizações da sociedade civil em seus relacionamentos com os governos, acentuando o papel relevante de transformação dessas organizações pelo seu uso dos recursos tecnológicos.

A globalização prometia abertura de mercado e igualdade de oportunidades para todos. Isto significaria que todos os indivíduos fariam ou poderiam fazer parte de um mesmo mundo, de uma mesma realidade onde uma cultura global, unificada e homogênea facilitaria o processo democrático. A democracia pressupõe uma sociedade livre, com igualdade de direitos e deveres ou, no mínimo, sem grandes desigualdades entre os cidadãos. A globalização estaria permitindo as mesmas oportunidades para todos? Ou estaria privilegiando pequenos grupos? Em um rápido balanço de final de século, que conclusões podemos tirar?

O atual processo requer o uso adequado da informação como insumo para a tomada de decisões e a utilização de modernas tecnologias de informação para permitir o acesso mais rápido, no sentido de possibilitar que os dados sejam empregados no momento oportuno. No entanto, a informação está disponível para todos os que dela necessitam? Temos como afirmar que todos podem fazer parte da sociedade da informação?

A internet permite a disponibilização de dados e informações a qualquer momento e por qualquer pessoa ou instituição. Este fato ocasiona um mundo de informações colocadas de forma desorganizada e conseqüentemente de difícil recuperação. Possibilita ainda que grupos possam juntar-se e criar *sites* com informações organizadas, com valor agregado, estratégicas e disponíveis. (ATAÍDE, 1997)

Um grande cuidado a ser tomado é com a disponibilização de dados, pois a disponibilidade de um grande volume de dados não significa, necessariamente, melhorar as condições de consumo dos serviços pelos usuários, nem necessariamente dotá-los de maior capacidade de exercício do controle social. Ao contrário, um volume excessivo de dados pode, na verdade, servir para desinformar o usuário, se não houver uma organização e práticas de trabalho que facilitem sua seleção e utilização. Portanto o papel da rede Observatório das Metrópoles reforça aqui a necessidade de oferecer estas ferramentas de forma adequada e abrangente e também da capacitação atuar conjuntamente com a disseminação de informação.

O acesso à informação poderia ser mais democratizado com o emprego de uma política de subsídios para a aquisição de equipamentos e conexão à Internet por parte de instituições como bibliotecas, escolas e centros comunitários, que facilitariam o uso do serviço da Internet àquelas pessoas que não podem pagar para ter acesso às informações que julgam importantes para o seu conhecimento.

Segundo dados do IBGE, o Brasil tem em torno 20 milhões de pessoas incapazes de ler e escrever. Entretanto, ainda não se sabe quantos são os analfabetos digitais, aquela categoria de pessoas despreparadas para viver a interação com as máquinas. A precariedade de condições a que essas pessoas estão submetidas colocam-nas também, muito provavelmente, integrando os índices do desemprego e do trabalho informal, crescentes em nossa realidade.

Contudo, sabendo-se que grande parte da população urbana vive no limite da vulnerabilidade social e ambiental, como também, em precárias condições da qualidade de vida urbana, provocadas principalmente pela segregação espacial que as força em residir em áreas sem nenhum tipo de serviço urbano, ou em áreas onde as condições de acesso aos serviços são extremamente precárias, e constantemente submetidas a altos índices de violência. Pode-se concluir que a

proposta presente neste artigo surge não como uma solução ou estratégia para uma melhor Gestão Urbana, mas sim como uma alternativa viável, difícil, árdua e contínua onde todo o esforço deve estar concentrado na produção e socialização do conhecimento acadêmico.

Para assim segundo (LAGO, 2007) promover a capacidade de reflexão e da compreensão crítica da realidade, como também da difusão de valores democráticos e de justiça social. Ainda neste sentido, as universidades brasileiras têm um papel fundamental buscando novos interlocutores, principalmente entre os menos letrados. E neste processo é que a Tecnologia da Informação e, sobretudo a internet se desponha como uma excelente alternativa da disseminação da informação, de capacitação, e vem sendo usada pela Rede Observatório das Metrôpoles para diminuir a distância entre universidade e os atores sociais urbanos.



## REFERÊNCIAS

- ATAIDE, Maria Elza Miranda. O lado perverso da globalização na sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 26, n. 3, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651997000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 30 abr. 2007. Pré-publicação.
- BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e estatuto da cidade. **Eure**, Santiago, v.28, n. 84. p.133-144, Sep. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 0250-7161. Acesso em: 30 abr. 2007.
- BENEVIDES, Maria Vitória. Democracia e cidadania. **Pólis**, São Paulo, v. 14, p. 11-20, 1994.
- BORGES, Maria Alice Guimarães. A compreensão da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 3, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652000000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 30 abr. 2007. Pré-publicação.
- BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial da União**. Seção I: Atos do Poder Legislativo. Edição n. 133, de 11 de julho de 2001.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FERNANDES, Edésio. Apresentação: um novo estatuto para as cidades Brasileiras. In: OSÓRIO, L. M. (Org.) **Estatuto da cidade e reforma urbana**: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. p. 7-13.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GRAZIA, Grazia. de. Estatuto da cidade: uma longa história com vitórias e derrotas. In: OSÓRIO, L. M. (Org.) **Estatuto da cidade e reforma urbana**: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. p 15-37.
- LAGO, Luciana Correa. **O Papel da universidade na democratização da política**: a produção de informação e a capacitação de atores sociais na parceria IPPUR – FASE. Disponível em: <[http://web.observatoriodasmetroles.net/index.php?view=article&catid=36%3Acolecacao-textos&id=341%3Ao-papel-da-universidade-na-democratizacao-da-politica&option=com\\_content&Itemid=82](http://web.observatoriodasmetroles.net/index.php?view=article&catid=36%3Acolecacao-textos&id=341%3Ao-papel-da-universidade-na-democratizacao-da-politica&option=com_content&Itemid=82)>. Acesso em: 20 mar. 2008.

MARICATO, Ermínia. Reforma urbana: limites e possibilidades: uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p 309-325.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. (Org.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do estatuto da cidade**: Rio de Janeiro: Editora Revan; FASE, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Entre a terra e o céu: mensurando a utopia?. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 6, 1999.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Reforma urbana nos limites da modernização. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1993.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Cidade, cultura e democracia participativa: metodologias e experiências de educação política**. Rio de Janeiro: FASE, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_, Milton. *A Natureza do Espaço: razão e emoção*, São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WILLECKE, Robert, **Governo eletrônico na mídia on line: análise da repercussão das iniciativas de e-gov em publicações jornalísticas na Web**. 2003. 102 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ZIMATH, Mascarenhas Bonina Patrícia. **O e-Gov como fator de promoção do exercício da cidadania no Brasil**. 2003. 130 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.